

## SPED Fiscal IPI/ICMS- Um desafio para Pequenas e Médias Empresas

Felipe Oliveira Bairros<sup>1</sup>

### Resumo

A tecnologia está presente na vida de todos, diante desse quadro é impossível que a Contabilidade, como ciência, ficasse alheia ao progresso tecnológico. O governo, as empresas e o profissional contábil perceberam que só livros e a caneta já não podiam fazer parte do cotidiano da contabilidade. Assim, o governo brasileiro deu início a uma reforma no controle fiscal e contábil que modificou e irá modificar toda rotina das empresas e de seus contadores. O presente trabalho tem como objetivo verificar as dificuldades enfrentadas na implantação do SPED IPI/ ICMS nas pequenas e médias empresas na cidade de Panambi/RS. Foi realizada uma pesquisa na cidade mencionada através de um questionário para 217 empresas classificadas de pequeno e médio porte, das quais 121 colaboraram como amostra desse estudo. Na opinião dos entrevistados, o maior problema enfrentado é a falta de mão de obra qualificada, considerando o sistema SPED como ruim, sendo que o maior desafio encontrado é o tempo de adaptação, contudo, o aumento na fiscalização representa o aspecto mais relevante na implantação do sistema SPED nas empresas.

Palavras chaves: SPED Fiscal, Contabilidade, Contabilidade Fiscal.

### Abstract

The technology is present in everyone's life, facing this situation it is impossible for the Accounting, as a science, stay oblivious to technological progress. Government, business and the professional accounting books and realized that only the pen could no longer be part of the daily accounting. Thus, the Brazilian government initiated a reform of the tax and accounting control that changed and will change the whole routine of companies and their accountants. This study aims to determine the difficulties faced in the implementation of SPED IPI / ICMS in small and medium enterprises in the city of Panambi / RS. A search of the city mentioned by a questionnaire to 217 companies classified as small and medium was performed, of which 121 collaborated as a sample of this study. In the opinion of respondents, the biggest problem is the lack of skilled labor, considering the SPED system as bad, and the biggest challenge faced is the adaptation time, however, increased surveillance is the most relevant aspect in the implementation SPED system in enterprises.

Keywords: Fiscal SPED, Accounting, Tax Accounting.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ – email: felipe.92@ibest.com.br

## 1. INTRODUÇÃO

A palavra SPED é a sigla que representa o Sistema Público de Escrituração Digital, foi constituído pelo Decreto nº 6.022 de janeiro de 2007, e foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento do governo Federal (PAC 2007-2010). Dessa forma a escrituração e o registro de fatos empresariais em livros cujos os leiautes e regras são definidos pelas autoridades competentes. As regras de elaboração das escriturações são definidas por leis, como por exemplo, o Código Civil ou normas específicas. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por exemplo, é uma das entidades que definem as normas para a escrituração contábil.

No cenário do SPED, os fiscos (Federal, Estadual e futuramente Municipal) pretendem integrar os processos fiscais- tributários no país, gerando a possibilidade de redução e simplificação da legislação existente. Além disso, mantendo-se esta tendência, o número de obrigações fiscais será reduzido, gerando um ambiente de negócios mais adequado para as empresas.

O decreto 6.022/2007 tem o intuito de adequar os livros e documentos do que se refere o caput, que são dados que as empresas estão se adequando para a emissão de documento de forma eletrônica, observando a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, ficando instituído o Sistema Publico de Escrituração Digital- SPED. Sancionada em 22 de janeiro de 2007 a Lei 6.022/2007 altera e incluem novidades com a introdução do sistema SPED trazendo grandes impactos às pequenas e médias empresas do Brasil.

A nova lei trouxe algumas mudanças, como por exemplo, a modificação da forma da escrituração fiscal, abandonando a forma impressa de livros fiscais pelo arquivo único transmitido contendo todas as informações necessárias para a apuração dos impostos e outras informações de interesse da administração tributária. A transmissão do arquivo é para o Ambiente Nacional, atendendo ao fisco Federal e Estadual, simultaneamente.

Essa alteração na escrituração, bem como, a eliminação das redundâncias de informações, foi um dos principais objetivos do subprojeto SPED Fiscal. Na escrituração fiscal, seja na forma digital ou na forma impressa, ficam explicitados alguns conceitos acerca da interpretação da legislação tributária pelas empresas. É demonstrada também, a apropriação dos créditos e débitos dos impostos de cada operação. Na forma digital incluíram-se ainda outras informações, normalmente solicitadas pelas autoridades tributarias.

Portanto, a proposta deste estudo foi de descrever as dificuldades enfrentadas por pequenas e médias empresas do Município de Panambi/RS com a implementação da lei

6.022/2007, tendo como principal objetivo da pesquisa apontar de que forma as empresas de pequeno e médio porte estão se adaptando ao SPED Fiscal, e para tanto, os objetivos específicos foram: Relacionar o sistema SPED x implantação prática, identificar as principais dificuldades enfrentadas na implantação e manutenção do SPED e a partir das dificuldades sugerir adequações.

O estudo justifica-se pela necessidade de levantar as principais dificuldades e as alternativas para ter sucesso neste sistema, que levou a contabilidade para o mundo digital de forma oportuna e que as maiorias das empresas não estavam estruturadas para colocar em prática.

O presente artigo tem como objetivo demonstrar um estudo que busca identificar o grande desafio que representa para pequenas e médias empresas, o decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007 SPED Fiscal IPI/ICMS. O problema de pesquisa foi delineado considerando as importantes regras da Lei 6.022 de 22 de janeiro de 2007 em relação às pequenas e médias empresas, nesse caso focada nas empresas do Lucro Real e Lucro Presumido.

A proposta deste estudo é verificar as dificuldades que as pequenas e médias empresas enfrentaram em relação a adequação do SPED IPI/ICMS do período em que antecede a obrigatoriedade do decreto (2007), no sentido de observar como elas se adaptaram às novas regras do SPED em relação as suas obrigações mensais e anuais dentro da Área Contábil e Fiscal.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. SPED Fiscal**

A partir do cenário atual, as empresas têm um desafio na implantação do SPED, estando sujeitas a adotar um novo formato no seu relacionamento com o Fisco, bem como no registro contábil e fiscal de suas transações. Esse novo sistema permitirá às autoridades fiscais atuarem de forma integrada e com maior visibilidade e capacidade da análise de dados e informações fornecidos pelas empresas. Apesar de sua complexidade, o SPED pode apresentar uma excelente oportunidade, trazendo benefícios para as empresas.

De acordo com Oliveira e Gallo (2013), o SPED é composto por três pilares: a nota fiscal eletrônica, a escrituração fiscal digital e escrituração contábil digital.

A implantação do SPED tem ajustes no relacionamento com o Fisco, nas relações com clientes fornecedores e principalmente nos processos operacionais internos o que demandará

uma ação integrada de diferentes áreas (Tributárias, Contábil, TI, Suprimentos, Produção, Comercial, entre outros).

Por outro lado, eventuais conformidades oriundas de falhas na base de dados e de erros operacionais relativos à geração de informações tributárias e contábeis, muitas vezes desconhecidos pela administração estarão sujeitas a maior visibilidade e monitoramento pelas autoridades evidenciadas.

A implantação do SPED trouxe para as organizações algumas mudanças que são importantes serem elencadas nesta pesquisa. Desta forma no Quadro 01 pode-se observar as principais alterações que ocorreram.

<b>Mudanças</b>	<b>Descrição</b>
<b>Maior Exposição</b>	Com a tecnologia, o Fisco poderá acompanhar mais perto as transações das empresas.
<b>Padronização</b>	A integração da Receita Federal com as secretarias estaduais e municipais de Fazenda padronizará a maneira das empresas apresentarem relatórios diferentes.
<b>Simplificação</b>	A necessidade de imprimir e armazenar livros contábeis e fiscais será eliminado
<b>Desburocratização</b>	Livros fiscais e contábeis passam a ser eletrônicos e a autenticação, que será feita levando a papelada para carimbar nas juntas comerciais, passa a ser digital.

Quadro 01: Apresentação das principais alterações que ocorreram com o SPED.

Fonte: Nassajon e Santos (2010, p.12)

Para Almeida (2008) o SPED é um programa que prevê a obtenção das informações junto às empresas de forma on-line. A iniciativa elimina a troca de informações processuais entre os diversos órgãos, fortalecendo o controle e arrecadando uma base autêntica para uso de fins lícitos pelo governo.

Segundo Castro (2010) além da redução de custos, os contribuintes não precisam mais lançar todas as informações contidas nas notas fiscais emitidas e recebidas pela empresa manualmente. Esses lançamentos são feitos eletronicamente por meio de obtenção dos dados contidos nos arquivos nas Notas Fiscais Eletrônicas.

Ainda conforme Castro (2010), também haverá redução das obrigações acessórias dos contribuintes, a partir da simplificação da forma de lançamento e fornecimento das informações decorrentes destas obrigações ao fisco, minimizando o tempo despendido para a realização das atividades, além de reduzir o número de erros humanos cometidos do desempenho de tarefas manuais e repetitivas.

Na visão de Duarte (2009) com o fisco no controle em cada operação realizada, empresas não podem enviar arquivos do SPED contendo operações fraudulentas ou equivocadas. O remédio para prevenir fraudes chama-se auditorias.

O arquivo SPED enviado ao fisco contém todas as notas fiscais de entrada e saída de uma empresa, e também das faturas das notas fiscais bem como os vencimentos das mesmas. Dessa forma, o fisco terá praticamente todas as informações necessárias para projetar o fluxo de caixa das empresas (DUARTE, 2009).

Portanto, o SPED foi criado para informatizar o cumprimento das obrigações destinadas ao fisco, proporcionando assim menores desvios de informações e maior rapidez, tornando as operações realizadas pelas empresas mais visíveis ao Fisco.

<b>TIPOS DE REGISTROS CONTROLADOS PELO SPED FISCAL IPI/ICMS</b>	<b>MODELO DE REGISTRO</b>
Registros de Entradas	Modelo 1
Registros de Entradas	Modelo 1 – A
Registros de Saídas	Modelo 2
Registros de Saídas	Modelo 2 – A
Registro de controle de Produção e Estoque	Modelo 3
Registro de Selo especial de controle	Modelo 4
Registro de impressão de Documentos Fiscais	Modelo 5
Registros de utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências	Modelo 6
Registros de inventário	Modelo 7
Registro de apuração do IPI	Modelo 8
Registro de apuração do ICMS	Modelo 9

Quadro 02: Principais apurações que tem na implantação do SPED.

Fonte: Azevedo. Osmar Reis (2014, p.36)

## 2.2. Legislação do SPED

Através da Legislação do SPED, a Receita Federal do Brasil em 2007 tem como objetivo, promover a integração dos fiscos mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas às restrições legais, racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, como o estabelecimento de transição única e distinta as obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores, tornando mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Segue abaixo o decreto que constituiu a Lei 6.022 de 22 de janeiro de 2007, criada para a implantação do sistema SPED Fiscal IPI/ ICMS nas empresas contribuintes ao governo. Este decreto foi extraído do site da Receita Federal do Brasil.

**Art. 1º** Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

**Art. 2º** O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (Redação dada pelo Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013)

§ 1º Os livros e documentos de que trata o caput serão emitidos em forma eletrônica, observado o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

§ 2º O disposto no caput não dispensa o empresário e as pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, de manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos na forma e prazos previstos na legislação aplicável. (Redação dada pelo Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013)

**Art. 3º** São usuários do SPED:

I - a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

II - as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal.

III - os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas. (Redação dada pelo Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013)

§ 1º Os usuários de que trata o caput, no âmbito de suas respectivas competências, deverão estabelecer a obrigatoriedade, periodicidade e prazos de apresentação dos livros e documentos, por eles exigidos, por intermédio do SPED.

§ 2º Os atos administrativos expedidos em observância ao disposto no § 1º—deverão ser implementados no SPED concomitantemente com a entrada em vigor desses atos.

§ 3º O disposto no § 1º não exclui a competência dos usuários ali mencionados de exigir, a qualquer tempo, informações adicionais necessárias ao desempenho de suas atribuições.

**Art. 4º** O acesso às informações armazenadas no SPED deverá ser compartilhado com seus usuários, no limite de suas respectivas competências e sem prejuízo da observância à legislação referente aos sigilos comercial, fiscal e bancário.

Parágrafo único. O acesso previsto no caput também será possível aos empresários e às pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, em relação às informações por eles transmitidas ao SPED. (Redação dada pelo Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013)

**Art. 5º** O SPED será administrado pela Secretaria da Receita Federal com a participação de representantes indicados pelos usuários de que tratam os incisos II e III do art. 3º.

§ 1º Os usuários do SPED, com vistas a atender o disposto no § 2º do art. 3º, e previamente à edição de seus atos administrativos, deverão articular-se com a Secretaria da Receita Federal por intermédio de seu representante.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá solicitar a participação de representantes dos empresários, das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, e de entidades de âmbito nacional representativas dos profissionais da área contábil, nas atividades relacionadas ao SPED. (Redação dada pelo Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013)

**Art. 6º** Compete à Secretaria da Receita Federal:

I - adotar as medidas necessárias para viabilizar a implantação e o funcionamento do SPED;

II - coordenar as atividades relacionadas ao SPED;

III - compatibilizar as necessidades dos usuários do SPED;

IV - estabelecer a política de segurança e de acesso às informações armazenadas no SPED, observado o disposto no art. 4º.

**Art. 7º** O SPED manterá, ainda, funcionalidades de uso exclusivo dos órgãos de registro para as atividades de autenticação de livros mercantis.

**Art. 8º** A Secretaria da Receita Federal e os órgãos a que se refere o inciso III do art. 3º expedirão, em suas respectivas áreas de atuação, normas complementares ao cumprimento do disposto neste Decreto.

§ 1º As normas de que trata o caput relacionadas a leiautes e prazos de apresentação de informações contábeis serão editadas após consulta e, quando couber, anuência dos usuários do SPED.

§ 2º Em relação às informações de natureza fiscal de interesse comum, os leiautes e prazos de apresentação serão estabelecidos mediante convênio celebrado entre a Secretaria da Receita Federal e os usuários de que trata o inciso II do art. 3º.

**Art. 9º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

### **2.3. Principais Conceitos**

Para melhor entendimento da pesquisa, descremos abaixo o conceito dos principais termos do meio fiscal utilizados para o desenvolvimento do artigo.

PVA – (Programa Validador e Assinador) – arquivo em TXT que é transmitido para a Receita Federal com os dados das empresas.

IPI – (Imposto sobre Produto Industrializado) - incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros.

ICMS – (Imposto sobre Operações Relativas na Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação)

NF-e – (Nota fiscal eletrônica) é conceituada como sendo um documento de existência exclusivamente digital, emitindo e armazenado eletronicamente com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias e prestação de serviços.

### **2.4. Organização do SPED**

O sistema permite que as autoridades fiscais atuem de forma integrada proporcionando maior visibilidade e capacidade para análise dos dados fornecidos pelas empresas. Através destas soluções tecnológicas a Receita Federal obtém maior confiabilidade, rapidez e praticidade na busca das informações, o que possibilita ao governo Federal a formação de um grande banco de dados, que é alimentado pelos diversos usuários contribuintes que tem acesso a esses sistemas. Com a implantação do SPED a principal fonte

de dados para a administração fiscal é a contabilidade de cada empresa. Segundo Duarte (2011, p.28),

Os fiscos, de uma maneira geral, têm aprimorado os seus sistemas de fiscalização. A partir dos seus próprios bancos de dados e também através do cruzamento de informações permutadas com outras esferas de poder, há um aumento substancial dos resultados no combate a evasão fiscal.

Com a implantação do SPED, as empresas deixaram de enviar essas obrigações de forma impressa e passaram a enviá-las por meio digital. Além disso, segundo a Receita Federal do Brasil (2011) o SPED também tem como principais objetivos:

- Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitando as restrições legais;
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores;
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Para que o cumprimento das obrigações acessórias seja feito de forma transparente, minuciosa e sem erros é preciso que o processo de implantação ocorra de maneira gradativa, seguindo cada etapa da elaboração proporcionando assim um trabalho extenso, mas de sucesso.

A implantação do SPED traz a simplificação de todo o processo de pressão armazenamento dos livros fiscais e contábeis. Ao não se utilizar da escrituração em papel para seus controles, a empresa recorrerá aos arquivos eletrônicos que a representam para buscar as informações de que necessita. Os registros em papel derivam de exigências legais e sua geração, autenticação e armazenamento são tarefas meramente burocráticas, sem grande utilidade no dia-a-dia das empresas.

O fisco atualmente requer muitas informações que são fornecidas por meio de um grande número de demonstrações o que acarreta um aumento de obrigações acessórias ao contribuinte.

## **2.5. Benefício do SPED**

O projeto SPED determina mudanças significativas no processo de emissão e gestão

das informações fiscais, trazendo benefícios para os contribuintes e as administrações tributárias. Porém muitos dos benefícios que as empresas podem desfrutar dependem da automatização dos processos existentes nas empresas propiciando um maior controle de custos financeiros e logísticos das empresas. Por isso, somente com o tempo e a renovação tecnológico as empresas passaram a aferir melhor os reais ganhos resultantes do projeto SPED.

Para o contribuinte vendedor responsável pela emissão da NF-e, podemos ressaltar alguns benefícios como: a redução de custos de aquisições de papel, redução de custos de emissão do documento fiscal, redução de custos de armazenagem de documentos fiscais, simplificação de obrigações acessórias, redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira, incentivos a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes.

Os benefícios para o contribuinte comprador (receptor da NF-e) são resumidos em eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias, planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e, redução dos erros de escrituração oriundos dos erros de digitação de notas fiscais, incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com os fornecedores.

Para a sociedade, os principais benefícios com o projeto SPED é a redução do consumo de papel, com impacto em termos ecológicos, incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias, padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas e surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados a Nota Fiscal Eletrônica.

Por fim, é importante também apontar os benefícios para as administrações tributárias, como: aumento na confiabilidade da Nota Fiscal, melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre fiscos, redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito, diminuição da sonegação e aumento da arrecadação.

No projeto, tanto o governo como as empresas se uniram para um objetivo comum, mudar a forma de emissão e armazenamento de documentos fiscais, além de alterar a escrituração fiscal e contábil colocando todos definitivamente na era digital, ou seja obriga o contribuinte a se informatizar e aumentar os seus controles internos para passar uma informação mais consistente ao Fisco.

### **3. METODOLOGIA**

A pesquisa é um dos pilares da atividade universitária em que os estudantes têm como objetivo o conhecimento na disciplina acadêmica, contribuindo para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social. Segundo Beuren (2004) a metodologia da pesquisa é definida com base no problema formulado, o qual pode ser substituído ou acompanhado da elaboração da hipótese.

Já na opinião de Saloman (1999) a metodologia do trabalho acadêmico trata-se de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destinam.

Para Severino (2007) a metodologia refere-se ao processo de produção do próprio conhecimento científico, apreensão do real, e ao mesmo tempo, refere-se igualmente ao conjunto de processos de estudo, de pesquisa e de reflexão que caracterizam a vida intelectual do estudante.

Este item apresenta a metodologia, que é o estudo dos métodos aplicados e das etapas que são utilizadas para a execução desta proposta, sendo esta responsável pela identificação dos modelos metodológicos mais apropriados para que se possa atingir o objetivo proposto.

A metodologia do trabalho é composta por etapas. Inicialmente a classificação da pesquisa, quanto à natureza, seus objetivos e procedimentos técnicos. A segunda etapa apresenta o plano de coleta dos dados e quanto à abordagem do problema e, por fim, a terceira e última etapa é referente ao plano de análise e interpretação dos dados.

#### **3.1. Caracterização da Pesquisa**

De acordo com Barros e Lehfeld (2004), a pesquisa aplica-se quando o pesquisador é movido pela necessidade de conhecer e aplicação imediata, contribuindo para os resultados através de fins práticos. Esta pesquisa é classificada como aplicada, tendo como principal objetivo investigar a adequação das pequenas e médias empresas da cidade de Panambi/RS às regras do SPED Fiscal.

De acordo com os objetivos, a pesquisa também é classificada como descritiva, uma vez que foi realizada através do processo de coleta de dados, discreto de forma clara e precisa junto à realidade das empresas estudadas. Para Beuren (2006), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo relacionar as características de determinada população, fenômeno ou

estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Já os procedimentos técnicos referem-se à maneira como é conduzido o estudo e desta forma obtém-se os dados. No caso deste trabalho a pesquisa se classifica quanto aos procedimentos técnicos como bibliográfica e levantamentos. Na pesquisa bibliográfica o tema é explicado através de algum referencial, ou seja, documentos, livros, internet, algo já publicado por algum outro autor. Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é aquela em que os dados são obtidos de fontes bibliográficas, ou seja, de material elaborado com a finalidade explícita de ser lido. Com efeito, a pesquisa bibliográfica é elaborada com dados obtidos em livros, jornais, revistas etc.

O levantamento conforme Silva (2003) “consiste na coleta de dados referentes a uma dada população com base em uma amostra selecionada, de forma clara e direta, dos quais se objetiva saber o comportamento”. Para Martins e Thióphilo (2009) é para os casos em que o pesquisador deseja responder a questão acerca da distribuição de uma variável ou das relações entre características de pessoas ou grupos, de maneira como ocorrem em situações naturais.

Quanto à abordagem do problema o estudo se classifica de forma qualitativa que é o tipo de pesquisa onde se estuda mais aprofundadamente, destacando características não destacadas pelos métodos de estudos quantitativos e qualitativos. Portanto, ao estudar a adaptação das empresas da cidade Panambi/RS com o projeto SPED é possível classificar o estudo como qualitativo.

### **3.2. Plano de Coleta e Análise de Dados**

A análise dos dados teve por objetivo resumir e observar as informações da forma como as pequenas e médias empresas da cidade de Panambi/RS enfrentaram as mudanças ocorridas pela implantação do SPED. Após a coleta de todas as informações oriundas da pesquisa sobre o SPED Fiscal na cidade de Panambi/RS, é realizada uma leitura detalhada de todo o material e construído posteriormente um diagnóstico a fim de relacionar as informações obtidas do referencial teórico.

A coleta de dados é basicamente a forma como é colhida informações necessárias para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho. Para este artigo, a coleta de dados foi elaborada através de questionário com perguntas fechadas, a serem respondidas através do Google docs.

A pesquisa foi desenvolvida em Panambi, cidade reconhecida como sendo uma das maiores do Rio Grande do Sul no ramo metal mecânico. Atualmente é composta por 37.592 habitantes conforme dados levantados pela instituição local ACI (Associação Comercial Industrial), através desta, também foram obtidas informações relevantes as empresas instaladas na cidade em questão. Atualmente Panambi conta com um total de 217 empresas nos ramos de indústria, comércio, serviços e agricultura enquadradas como pequena e médio porte.

Com base nos números informados pela ACI, foi desenvolvido um questionário (apêndice A) para conhecer a quantidade de empresas que geram o sistema SPED dentro do processo, buscando conhecer também quais foram as dificuldades enfrentadas pelas mesmas no decorrer da implantação do projeto.

A pesquisa foi feita através do Google Docs dia 21 de agosto de 2014, com um questionário que esteve disponível para as empresas de pequeno e médio porte da cidade contribuir com o as suas opiniões sobre a implantação do SPED e colaborar desta forma com o desenvolvimento da pesquisa. O Google Docs é uma ferramenta que o Google disponibiliza para pessoas físicas e pessoas jurídicas ter acesso a artigos, trabalhos e notícias sobre mundo atual, bem como desenvolver pesquisas através de questionários desenvolvidos pelos usuários.

O questionário esteve disponível no Google Docs durante o período de 45 dias, porém das 217 empresas de pequeno e médio porte somente 23 responderam as perguntas e, por isso, a pesquisa não foi satisfatória. Como alternativa, foi buscado junto a ACI o contato das 217 empresas para as quais foi enviado via e-mail o questionário desenvolvido sobre a implantação do SPED.

Através desta forma alternativa de contato com as empresas, foi obtido um retorno de 55% o que corresponde ao total de 121 empresas que responderam as perguntas.

#### **4. RESULTADOS**

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos a partir do questionário disparado as empresas classificadas como pequeno e médio porte instaladas em Panambi/RS, somando um total de 217 empresas. Destas, 121 responderam as perguntas e colaboraram para o desenvolvimento do trabalho representando 55% de aderência a pesquisa.

Os resultados apresentados abaixo abrangem pontos relacionados à implantação do projeto e adaptação das empresas, os principais problemas enfrentados, os desafios do projeto,

entre outros aspectos relevantes. Os achados foram sistematizados e são apresentados através de gráficos em Excel®.

#### **4.1. Perfil dos entrevistados**

Do total dos entrevistados, 40% são do sexo masculino e 60% são do sexo feminino, o que denota uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, relativos às atividades de departamento fiscal das empresas.

A pesquisa revela também que 25% dos entrevistados estão na faixa etária até os 25 anos, 20% abrangem a faixa etária dos 25 a 30 anos, 35% compreendem a faixa dos 30 a 45 anos e dos 45 a 55 anos uma porcentagem de 20%. Com base nesses dados é possível denotar que nas pequenas e médias empresas da amostra, são as pessoas que compreendem as maiores faixas etárias responsáveis pela utilização do SPED nas empresas.

Em relação a escolaridade dos entrevistados, os resultados apontam que 45% dos usuários possui formação Técnico Contábil, em seguida 20% são graduados em Ciências Contábeis, 20% ainda são estudantes de Ciências Contábeis e os demais 15% possuem graduação em outras áreas. Isso denota que os responsáveis pela escrituração do SPED na maioria são Técnicos Contábeis.

Portanto, a maioria dos entrevistados responsáveis pelo sistema SPED nas empresas é do sexo feminino, com idade entre 30 a 45 anos com formação em Técnico Contábil.

#### **4.2. Treinamento aos Usuários**

Com base nas respostas do questionário, foi possível verificar o número de usuários que receberam treinamento sobre a utilização do SPED. Do total dos entrevistados, 55% dos usuários passaram por treinamento pelos implantadores, os demais 45% representam os usuários que conheceram o funcionamento do sistema através do manual de utilização do SPED, pelo conhecimento repassado por outros usuários que já trabalham com o sistema ou então não passaram por qualquer treinamento.

Com este achado é possível concluir que existe uma carencia com a adaptação nos processos de treinamento aos usuarios que utilizam o sistema de SPED na empresa, o que pode interferir na precisão das informações que são geradas e conseqüentemente comprometer a empresa junto a Receita Federal, já que os dados emitidos são encaminhados para controle da mesma.

### 4.3. Problemas da implantação do sistema SPED

Considerando os resultados do questionário, foi possível apontar quais os aspectos encontrados que dificultam atender as exigências do SPED. Conforme apontado no gráfico 01, é possível verificar que 45% dos entrevistados não possuem mão de obra qualificada, e sendo que 20% dos entrevistados não possuem o certificado digital, utilizado pelas empresas para fazer a entrega das apurações a Receita Federal. A falta de estrutura do sistema de informação compromete o atendimento das exigências do sistema de SPED representando 20% das opiniões e, por fim, 15% dos entrevistados não possuem treinamento na área.

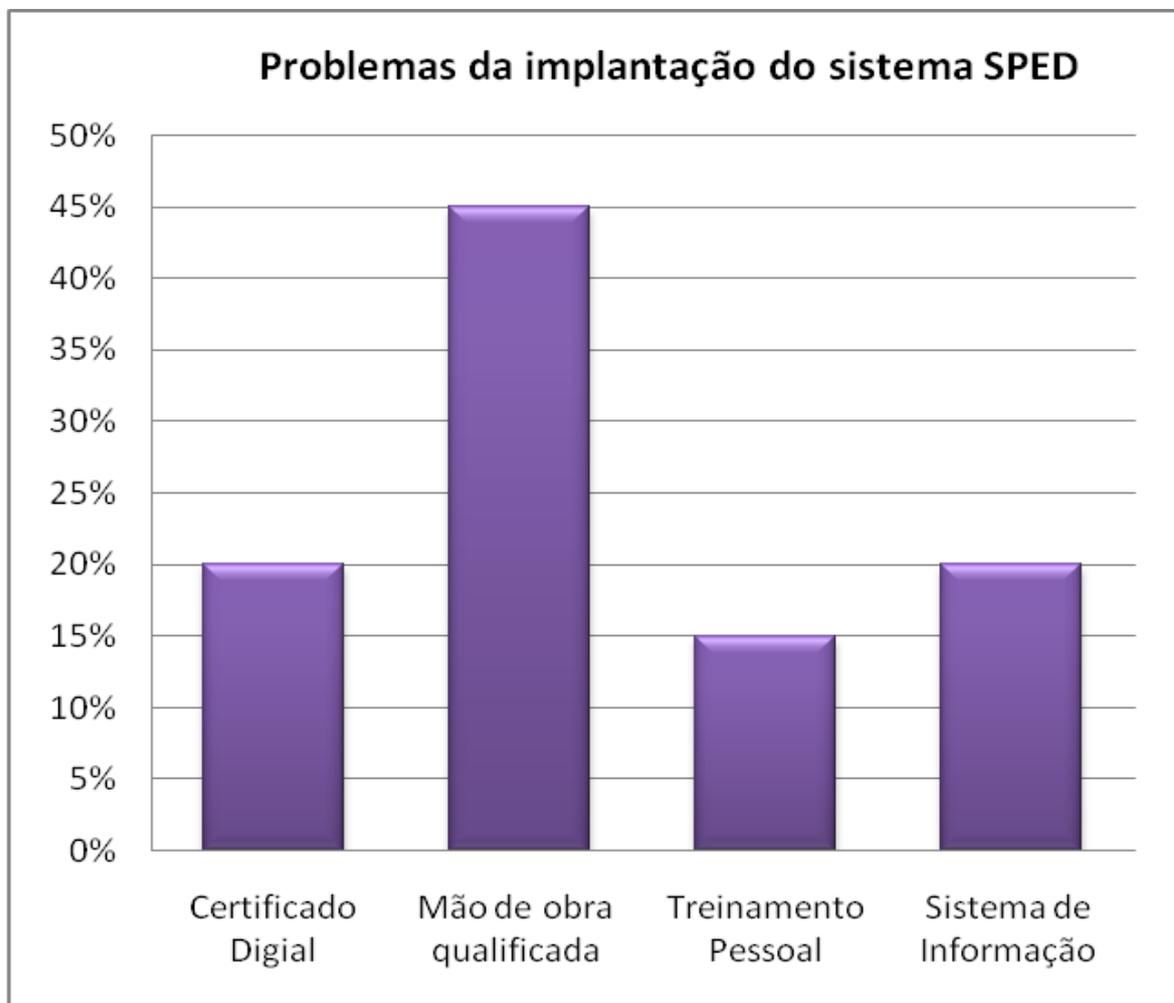


Gráfico 01 – Problemas da implantação do sistema SPED.

Fonte: Dados de pesquisa.

Analisando os achados apresentados acima, o fator apontado pelas empresas da amostra como sendo o maior problema da implantação do projeto é a falta de mão de obra qualificada,

ou seja, poucas pessoas no mercado de trabalho estão preparadas para atender as exigências da Receita Federal, isto se deve pela provável falta de incentivo das empresas em dispor treinamentos as equipes que compõe a área fiscal e a falta de interesse dos profissionais que atuam na área em buscar o conhecimento e habilidade para executar as tarefas propostas pelo sistema do SPED. Os profissionais que atuam neste sistema, na maioria das vezes já são reconhecidos pelas empresas nas quais atuam.

#### 4.4. Feedback das empresas

Considerando o posicionamento das empresas de pequeno e médio porte que aplicam o sistema SPED, é possível verificar que 30% das empresas consideram regular a utilização do sistema no processo. Na faixa dos 25% estão os aspectos do extremo da questão, que são excelente e ruim. O restante dos 20% representam as empresas que consideram o sistema público de escrituração digital como bom. Estes número estão representados no gráfico 02.

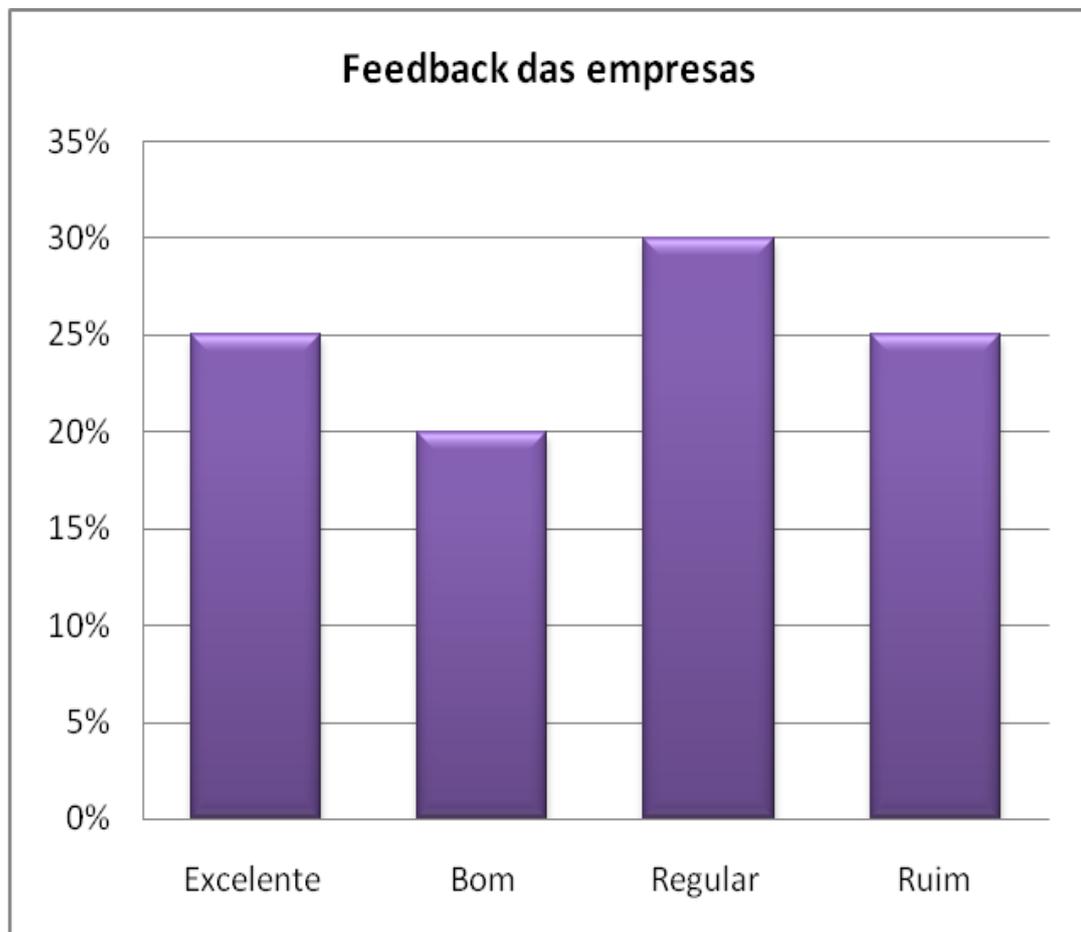


Gráfico 02 – Feedback das empresas que utilização o sistem SPED.

Fonte: Dados de pesquisa.

Como podemos verificar no gráfico 02, a maioria das empresas que participaram da pesquisa definem o sistema SPED como regular o que se entende que os empresários e os usuários que trabalham com o SPED não estão satisfeitos com a nova Lei imposta pelo governo. Considerando a opinião como regular, o sistema tende como sendo ruim.

#### 4.5. Desafio do SPED

Com os resultados do questionário foi possível verificar quais são os principais desafios encontrados para atender as exigências da implantação do sistema SPED no processo da empresa. Conforme apontado no gráfico 03, o maior desafio apontado e que corresponde ao total de 45% foi o tempo de adaptação com o SPED, em seguida representado 20% vem o desafio em relação as mudanças na cultura e ainda, também na faixa dos 20% está as dificuldades de implantação do sistema. Por fim, 15% dos entrevistados considera como desafio a falta de software adequado. Estes resultados estão sendo apresentados no gráfico 03.

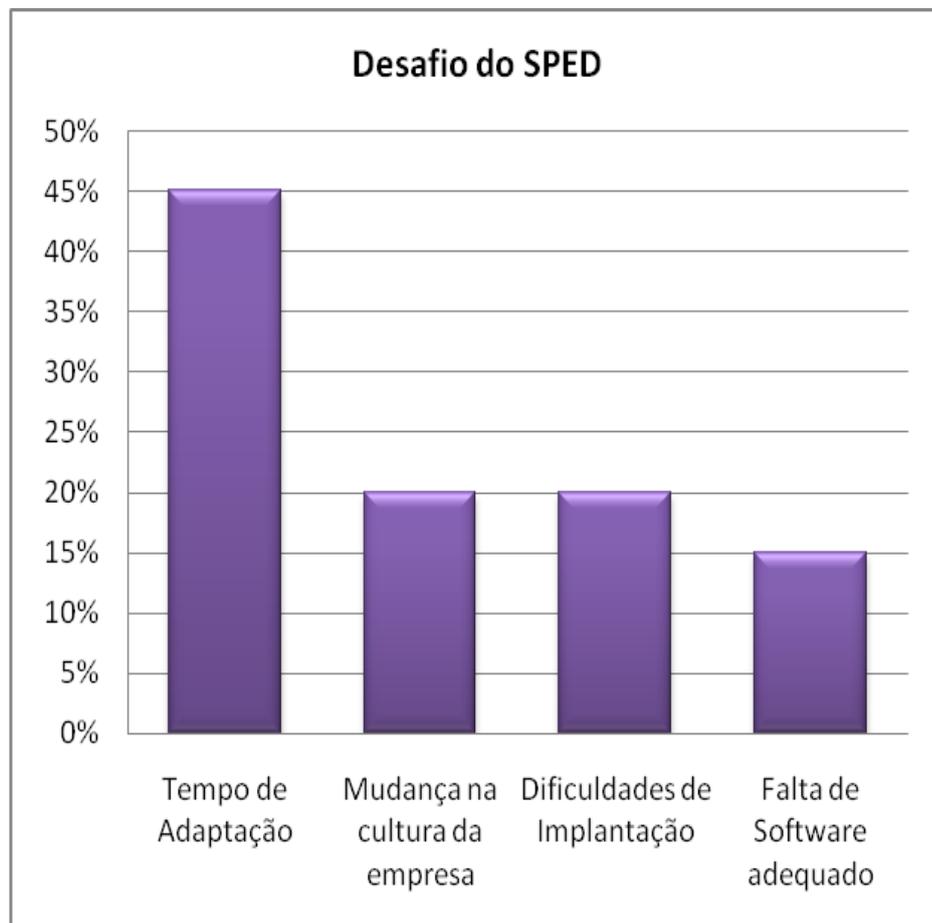


Gráfico 03 – Feedback das empresas que utilização o sistem SPED.

Fonte: Dados de pesquisa.

Analisando o gráfico 03 nota-se que o tempo de adaptação das empresas com o SPED é o maior impecilho, ou seja, as mudanças geradas pelo sistema causam desconforto para os usuarios e conseqüentemente para todo o processo, já que o SPED tem um ridigo controle sobre todas as transações que ocorrem dentro das empresas.

#### 4.6. Aspectos relevantes sobre o SPED no processo

Com as opiniões coletadas no questionário, foi possível desenvolver o gráfico 04, o mesmo apresenta quais foram os aspectos mais relevantes com a implantação do sistema nas empresas.

Na visão dos entrevistados, o aspecto mais acentuado sobre o SPED é o aumento da fiscalização e controle que a Receita Federal passa a ter sobre as transições que ocorrem na cadeia de processos da empresa, o que representa 45%. Em seguida, o aspecto que ocupa 25% da opinião dos entrevistados é a eliminação do papel, já que processo de controle passou a ser feito via sistema e não mais no fisico. Na faixa dos 15% estão os aspectos relacionados com a agilidade alcançada nas informações e o uso da tecnologia.

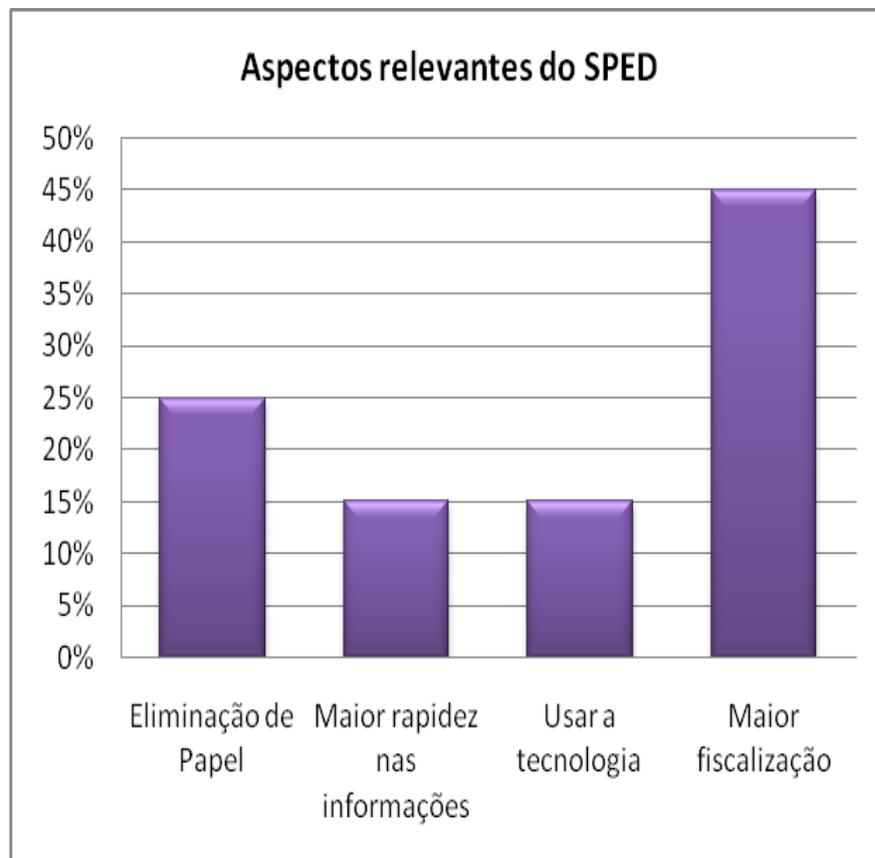


Gráfico 04 – Aspectos relevantes sobre a implatação e utilização do SPED nas empresas.

Fonte: Dados de pesquisa.

Diante dos dados apresentados no gráfico 04, o aspecto mais relevante com a implantação do SPED nas empresas é o aumento na fiscalização da Receita Federal sobre as transições que ocorrem, como entrada e saída de mercadoria, controle de estoque e apuração de ICMS e IPI dos produtos. A sonegação destas informações gera transtornos e multas para as empresas, podendo ficar em débito com a Receita Federal.

## 5. CONCLUSÃO

Os sistemas de controle fiscal e auditoria da Receita Federal do Brasil teve grandes avanços tecnológicos nos últimos anos e já está sendo considerado um dos melhores e mais avançados a nível mundial. Um exemplo a ser citado e é tema deste trabalho, foi o desenvolvimento do projeto SPED.

O SPED – Sistema Público de Escrituração Digital foi um importantíssimo avanço da tecnologia no mundo fiscal e merece atenção especial pelo contabilistas. O SPED tem vários objetivos, o principal deles é o aumento da fiscalização, através dele, as empresas que aderirem ao sistema deveram prestar contas a Receita Federal sobre todas as transições de entrada e saída de mercadoria da empresa, controle de estoque e apuração de ICMS e IPI dos produtos.

Através das respostas obtidas com o questionário enviado as empresas de pequeno e médio porte de Panambi, foi possível verificar que as empresas não estão satisfeitas com a implantação no sistema SPED no processo, classificando o mesmo como regular a ruim. Sinalizam ainda, que o maior desafio enfrentado é o tempo de adaptação dos usuários com o sistema, e que o aspecto mais relevante é o aumento na fiscalização.

Com o desenvolvimento da pesquisa também foi possível notar a carência de profissionais que conhecem o sistema SPED, contribuindo para o índice da falta de mão de obra qualificada no mercado de trabalho, isso denota que o profissional precisa evoluir a fim de acompanhar os novos conceitos e procedimentos desenvolvidos diariamente. Assim como os profissionais que atuam nas demais áreas, os contabilistas precisam estar se atualizando e estudando assuntos correlatos a contabilidade, ao mercado financeiro, ao sistema de tributação e à tecnologias que cerca todos estes conceitos.

O SPED como um marco no desenvolvimento tecnológico valoriza ainda mais o profissional contábil, que frente a estas mudanças, trata de se atualizar. A contabilidade tem hoje a missão de informar não somente dados fiscais, mas também aspectos econômicos e

gerenciais aos quais as empresas estão sujeitas e tudo isto com a maior exatidão, clareza e velocidade possível. As empresas por vez precisam se adaptar diariamente através de mão de obra qualificada, estrutura e suporte técnico, para atender as exigências do governo e da Receita Federal.

Esta pesquisa abre portas para o desenvolvimento de trabalhos futuros também relacionados com o SPED, a primeira sugestão é desenvolver um artigo apresentando um plano de ação para as dificuldades e desafios apontados nesta pesquisa pelas pequenas e médias empresas de Panambi/RS. É possível desenvolver também um trabalho abordando o processo de implantação do sistema nas grandes empresas, de que forma as mesmas se adaptaram com as mudanças e quais as dificuldades enfrentadas. Considerando que através do SPED a Receita Federal passou a ter maior fiscalização e controle sobre as transições das empresas, é possível ainda desenvolver uma pesquisa apontando quais foram às vantagens econômicas para o país.

Por fim, é possível afirmar que os objetivos deste trabalho foram alcançados. O conhecimento obtido em sala de aula serviu como base para buscar um maior conhecimento sobre o assunto e conseqüentemente desenvolver esta pesquisa. Permitiu entender melhor o sistema SPED e buscar a opinião das empresas de pequeno e médio porte de Panambi/RS através do questionário. Mesmo acima das dificuldades em obter o retorno das empresas, o questionário nos permitiu conhecer quais são as dificuldades, vantagens e opiniões das mesmas sobre o sistema.

Concluiu-se que o desenvolvimento deste artigo é de grande importância para que o acadêmico possa colocar em prática o que foi estudado durante o curso de ciências contábeis, em nível teórico. A prática permite aplicar os conhecimentos que foram conquistados na universidade contribuindo para um melhor desempenho nas práticas da vida profissional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José O. Tavares. **O SPED e a transparência nas relações tributárias.**

Disponível em: <[http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/Artigo%20SPED%20Othon%20Almeida\(2\).pdf](http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/Artigo%20SPED%20Othon%20Almeida(2).pdf)>.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Decreto nº 6.022**, de Janeiro de 2007. Disponível em:

<<http://www.itl.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/EstruturaIcp>>

BEUREN, I. M.; **Trajetória da Construção de um Trabalho Monográfico em Contabilidade.**

CASTRO, M. G. **SPED - Sistema Público de Escrituração Digital.** SPED – Digital Bookkeeping System. Disponível em:  
<[http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/brasil/10\\_86.pdf](http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/brasil/10_86.pdf)>.

DUARTE, Roberto Dias. **O Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão empresarial no Brasil.** Editora café laranja comunicação, 2009.

GIL, A., C., **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** 5. ed. São Paulo:Atlas, 2002

OLIVEIRA, D. P. R., **Sistemas de informações gerenciais.** 11.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA G, Fernando, Mauro. **Sped e Sistemas de informação.** São Paulo:Fiscosoft, 2013.

RECEITA FEDERAL:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>

\_\_\_\_\_ **Projeto SPED-Fiscal.** Disponível em:

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/default.htm>.

\_\_\_\_\_ **Objetivos do Projeto SPED.** Disponível em:

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/objetivos.htm>.

ROESCH, J. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa.** 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 199

SALOMON, Delcio Vieira. **Como Fazer Uma Monografia,** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da Pesquisa Aplicada a Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003

## **APÊNDICE**

### **1 – Sexo**

- Feminino
- Masculino

### **2 – Qual a faixa etária dos entrevistados.**

- Até 25 anos
- De 25 a 35 anos
- De 30 a 45 anos
- De 45 a 55 anos
- 55 anos ou mais

### **3- Dificuldades encontradas para atender as exigências da Sped Fiscal IPI ICMS.**

- Certificado digital
- Mão de obra qualificada
- Treinamento de pessoal
- Sistema de informação
- Não houve dificuldade

### **4- Qual a visão a respeito do Sped Fiscal IPI ICMS.**

- Eliminação do papel
- Maior fiscalização

- Usar da tecnologia
- Maior rapidez nas informações

**5- Quais as dificuldades encontradas na implantação do Sped Fiscal.**

- Tempo para adaptação
- Mudança na cultura da empresa
- Falta de software adequado
- Não possui dificuldades

**6- Quais os principais desafios encontrados em relação ao SPED Fiscal IPI/ICMS.**

- Tempo de adaptação
- Mudança na cultura da empresa
- Falta de software adequado
- Dificuldade na implantação

**7- As empresas têm condições para atender ao Sped Fiscal IPI/ ICMS.**

- Sim
- Não

**8 – Qual o Nível de escolaridade dos entrevistados**

- Técnico em contabilidade
- Graduado (a) em ciências contábeis
- Estudante de ciências contábeis
- Outras áreas

**9- Como as empresas consideram o sistema Público de Escrituração Digital Sped Fiscal IPI ICMS.**

- Excelente
- Bom

( )Regular

( ) Ruim

### **Agradecimentos**

Agradeço a Deus, por além de ter me proporcionado o dom da vida, me abençoou ao longo dessa jornada acadêmica, me dando forças e me ajudando a não desistir nunca, mesmo quando os dias não eram dos mais esperançosos. Obrigada meu Deus, pelas conquistas recebidas em todas as etapas da minha vida e hoje em especial a minha jornada acadêmica.

Agradeço a minha família pela grande força, é por estar sempre presente, em todos os momentos da minha vida.

Agradeço aos meus amigos e colegas que convivi nesses anos, em especial aos professores por todo o ensino passado a todos nos universitários.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para concretização dessa etapa tão importante em minha vida, meus sinceros agradecimentos.

Obrigado.